

Ainda sobre o nome de Um*

Claude Lefort**

Resumo: Por que o nome do Um encanta? Não será porque, mesmo ao preço do mais cruel sofrimento, os homens têm nele a ilusão de guardarem sua própria nomeação e, ao mesmo tempo, permanecerem associados? La Boétie parece ensinar, assim, que os homens perdem a liberdade, mas não o desejo de se tornarem livres.

Palavras-chave: La Boétie – servidão voluntária – liberdade

Homero conta que um dia, falando em público, Ulisses diz aos gregos: “Não é bom ter vários senhores, tenhamos apenas um só”. Se ele houvesse dito somente “não é bom ter vários senhores”, nada melhor teria sido dito; mas, enquanto com mais razão, ele deveria ter dito que a dominação de vários não poderia ser boa, já que o poder de um só, tão logo este toma o título de senhor, é brutal e revoltante; ao contrário, ele acrescenta “tenhamos apenas um só”: tal é o comecinho do *Discurso da servidão voluntária* (La Boétie 1)⁽¹⁾. É assim que La Boétie põe seu leitor diante do mistério da sujeição. Sem fazer caso de engajar-se em disputas sobre os méritos comparados da república e da monarquia (mas não sem, de passagem, observar

* Tradução de Mria Aparecida Corrêa.

** Professor do Departamento de Filosofia da USP de 1953 até 1955. Professor do Centre des Recherches Politiques Raymond Aron da École des Hautes Études en Sciences Sociales.

ser difícil acreditar “que existe alguma coisa de público nesta espécie de governo em que tudo pertence a um só”), La Boétie dá uma formulação abrupta à questão que será incessantemente reformulada por ele ulteriormente: “A este respeito, gostaria apenas de compreender como pode acontecer que tantos homens, tantas cidades, tantas nações suportem às vezes um só tirano, que não tem outro poderio que o que eles lhe dão, que não tem o poder de prejudicá-los, se não enquanto perdura neles a vontade de suportá-lo; que não lhes faria nenhum mal, senão quando eles preferem suportá-lo a contradizê-lo”.

Por que um tal amor da submissão por parte de milhões de homens? Não, ficamos sabendo, porque eles são “constrangidos por uma força maior, mas somente [parece] porque encantados e seduzidos só pelo nome de um [...]”. Eu não tenho a pretensão de resumir o discurso de La Boétie: ele conduz o leitor a um dédalo de questões que tratam das relações que os homens entretêm com a tirania, com a monarquia, com o poder como tal, com a religião, mas também implicitamente da relação que este leitor estabelece com o autor, cuja arte poderia subjugá-lo. Ao menos, vale a pena assinalar alguns pontos relevantes da pesquisa.

Da frase de abertura, que citamos acima, primeiramente se deve reter que o tirano tira seu poder do que os súditos lhe dão; em seguida, que sua dominação se desvaneceria na falta deste dom, pois eles preferem suportá-lo a se opor a ele; finalmente, que o que suscita o encantamento não é uma pessoa, mas o nome de um. O que é que os homens dão ao tirano, então? Nós não temos de esperar muito para sabê-lo. Eles lhe dão não tal ou tal grau de potência, mas a onipotência, e assim aceitam que aquele que a detém possa arrancar-lhes não apenas seus bens, mas suas vidas ou, ousarei dizer, suas mortes, pois finalmente a morte é o que cada um carrega consigo: “Todo este estrago, estes infortúnios, esta ruína, vos vêm não dos inimigos, mas certamente do inimigo e daquele mesmo que vós fazeis maior do que ele é, para o qual vós partis tão corajosamente para a guerra, pela grandeza do qual vós não recusais expor à morte vossas pessoas”.

Singular espetáculo. Hobbes afirmará que a causa da fundação do Estado reside no medo da morte violenta que cada um sente. La Boétie não

forja a idéia de um estado de natureza e, portanto, não se interroga sobre o advento de um estado social. O que ele denomina *natureza* revela-se a quem vive em uma sociedade política. É nesta que se decifra a condição do homem, o desejo de liberdade e de servidão, mas também seu desejo de obter o que considera como seu bem. La Boétie faz uma reflexão sobre o dom da onipotência a um só, sob o efeito de uma sedução, de um desejo que ignora o medo da morte; Hobbes não. E muito menos Hegel, quando põe em cena o duelo ao fim do qual surgem o senhor que vence o medo e o escravo que a ele sucumbiu. Pode-se dizer que este gênero de decisão de tudo suportar, e até a morte, nada tem a ver com o medo? Fica aqui a questão. Mas então não seria o medo da morte, ou seria o medo de um outro gênero de morte. Talvez, deva-se entender, mesmo que a formulação soe estranha, que os homens que se expõem à morte não a vêem. La Boétie não o diz, mas a passagem que evoco abre-se neste termos: “Pobres e miseráveis povos insensatos, nações opiniáticas em vosso mal e cegas em vosso bem, vós vos deixais arrancar diante de vós a mais bela e a maior parte de vossa renda [...], vós viveis de tal modo, que vós não podeis vangloriar-vos de nada que vos pertença”.

Ver, não ver, como ser livre ou ser servo, não é, eu dizia, o signo de um estado; acontece de não se ver o que está diante de si, porque não o veremos ver, porque a gente se prestou a este encantamento. Que os homens resistam a este encantamento, e eles se livram do poder do tirano; eles nem mesmo precisam combatê-lo. Que eles não lhe dêem nada, que renunciem a animá-lo com seus fôlegos, e eis-lo desfeito. A servidão é, portanto, um mistério. Ela não o é no caso particular da submissão de um povo à força de um conquistador, mas o é logo que se observa em uma nação o fenômeno da sujeição ao senhor, do consentimento às suas ordens, da renúncia à liberdade. Este mistério revela-se da melhor maneira possível se se observa que, para tornar-se livre, basta somente desejá-lo; que não há nada a fazer contra o tirano, senão abster-se de nada fazer contra si mesmo. Nenhuma obscuridade na relação de força, de que não deixarão de falar aqueles que procurarão encontrar a razão da divisão dominantes-dominados, que explicarão a superioridade da nobreza por suas qualidades de classe guerreira ou a su-

perioridade da burguesia pelo poder que ela tira da propriedade. Em compensação, a dominação torna-se obscura tão logo se consinta em ver “um número infinito de pessoas não obedecer, mas servir, não tendo nem bens, nem parentes, nem mulheres, nem filhos, nem suas próprias vidas que lhes pertençam”, a vê-los suportar Um só e, coisa extraordinária, não “um Hércules nem um Sansão, mas um só homenzinho e na maior parte das vezes o mais covarde e efeminado da nação [...]”. Que os homens possam chegar até a submeter-se a um ser débil, uma femeazinha ou uma criança, ou mesmo, dirá La Boétie, a qualquer tirano que se mostre o menos possível, no começo de seu reinado, sem por isso ser menos fascinante, eis bem aí o que assinala o mistério da dominação. Os homens, milhões de homens, não se abaixam ao jugo de um indivíduo fora do comum, eles não estão sob o charme de uma só pessoa, mas só do nome de Um. Não devemos compreender que, se eles não vêem, se não querem ver o que está diante de seus olhos, é porque eles não podem nomeá-lo; que a realidade, tudo o que manifesta seu infortúnio, a servidão deles, torna-se inominável desde que só passa a contar o que se faz signo do nome de Um. Ao mesmo tempo, ele captura a fala e abole a visão. Renunciar à faculdade de ver, à faculdade de nomear, sujeitar-se são a mesma coisa. Sob o charme de uma só palavra ouvida, só do nome de um, apaga-se a vida da linguagem – uma vida na qual se apresenta incessantemente a diferença e a intricação do falar e do ouvir, que cada um experimenta indefinidamente ao contato dos outros e consigo mesmo. La Boétie observa isto em um outro momento: “[a natureza] fez-nos a todos da mesma forma e, como parece, na mesma fôrma, com o fim de nos fazer conhecer uns aos outros [...]”. A natureza? Ela desvela-se numa sociabilidade primeira que ele chama então *entre-conhecimento*. E ainda com maior clareza, acrescenta: “Se ela nos deu a todos este grande presente da voz e da fala para nos familiarizar e fraternizar num mais alto grau e fazer, pela declaração comum e mútua de nossos pensamentos, uma comunhão de nossas vontades, se ela se esforçou, lançando mão de todos os meios, para estreitar e apertar fortemente o laço de nossa aliança e sociedade; se ela mostrou em todas as coisas que ela queria fazer-nos não tanto todos unidos como todos uns, não se pode pôr em dúvida que sejamos todos naturalmen-

te livres [...]”. *Não tanto todos unidos, como todos uns*: oh fórmula que atravessa o tempo, que simultaneamente significa o estar juntos, a irreduzibilidade da diferença entre o um e o outro e o reconhecimento do semelhante! Fórmula que ruína as ilusões do comunitarismo, do igualitarismo e do individualismo.

Como os homens, por milhões, podem, entretanto, cair sob o charme do nome de Um? Como manter a idéia de que a liberdade é natural, já que acontece de ela se perder, enquanto se acreditava não poder dela duvidar? Seja! Ela se perde, mas este fato mesmo nos instrui. O paradoxo é que diferentemente dos animais que se defendem contra o jugo que lhes impomos, porque são movidos naturalmente pelo instinto de conservação, os homens prestam-se a sua servidão. Mais ainda, eles se dão a um senhor, aceitando sacrificar-lhe até suas vidas. Na servidão, revela-se assim uma escolha e, além disso, por mais extraordinário que isso pareça, um signo de liberdade. A servidão voluntária, este fenômeno que está no limite do concebível, atesta a permanência de um desejo que de alguma maneira se inverte. Se os homens são os únicos seres suscetíveis de desnaturar-se, é precisamente porque seu desejo natural é outra coisa que o instinto de conservação. Ou não seria melhor dizer: porque sua conservação é aquela dos animais políticos, segundo os termos de Aristóteles, a de seres dotados de linguagem, fruindo desta faculdade e animados pelo desejo de falar e de ouvir, de nomear e de ser nomeado. Faculdade e desejo que se exercem na proporção da distância irreduzível de cada um em relação a todos (e de si mesmo a si mesmo), em razão da atração, não importa a maneira com que ela se manifesta – amor ou ódio – de cada um por cada um (e de si mesmo por si), em função de uma inscrição de todos num espaço comum não figurável.

Não devemos então compreender ainda que, se o nome de Um encanta, é porque ele dá a todos, mesmo ao preço do mais cruel sofrimento, a ilusão de ser absolutamente nomeados e, ao mesmo tempo, reunidos? Não seria este o ensinamento de La Boétie: os homens perdem a liberdade sem que desapareça o desejo que os tornava livres? Ele não nos induz a uma ficção: a de um desejo que poderia ser satisfeito. Antes somos incitados a pensar que, por uma espécie de torção, o desejo dá indefinidamente voltas no mes-

mo círculo. Em uma passagem, La Boétie escreve que os homens “perseguem obstinadamente” sua servidão: logo, ela nunca se realizou. A questão retorna: de onde vem esta torção? Deve-se procurar a origem em um acontecimento? “Que mau encontro pôde desnaturar tanto o homem [...]?”, pergunta o autor sem jamais responder. Deve-se convir, com efeito, que nenhuma resposta poderia nos dispensar de descobrir no desejo a virtualidade deste mau encontro, de sua captura pelo nome de Um. Lembremo-nos, La Boétie fala de uma forma de sociedade política que ele chama tirania ou, igualmente, monarquia: a palavra desejo engloba a pluralidade dos desejos dos homens e ao mesmo tempo designa o que estes teriam em comum, o fato de desejar. Também é verdade que em cada um já existe uma pluralidade de desejos, ainda que sejam uns e outros manifestações do desejo. Sob a tirania, os homens não deixam de desejar coisas diferentes, e cada um experimenta desejos diferentes, mas todos estes desejos subordinam-se ao desejo que o Um excita. E o que é o Um? O senhor que não tem nada além de si mesmo, não é pego pela rede das dependências mútuas, escapa à divisão, detém a onipotência, aparece como sobrenatural. O Um é o único Outro. Ora, este encontro do Outro, este mau encontro coincide com a abolição da distância incessantemente transferida de cada um a cada um, experiência incessantemente feita do outro em cada um – com o aparecimento de Todos, de um só Nós. Portanto, não cedamos a esta outra ficção: que a pluralidade de fato dos indivíduos e dos desejos se desvaneceria. O que acontece é somente isso: tudo aquilo que os homens vêem, dizem, ouvem, pensam, desejam, eles só se inclinam a admitir à condição, não formulada, infornulável, de que isso não leve à contradição do Um. Os homens? Não todos os homens. Como nós acreditaríamos nisso, sem nos sujeitarmos nós mesmos à imagem da onipotência da tirania. Retifiquemos então: a maior parte dos homens. La Boétie faz questão de observar: sempre existem alguns que não perdem o desejo da liberdade, os dissidentes. Por um lado, La Boétie parece retomar a tese clássica segundo a qual, sob o despotismo, todos, salvo algumas exceções, e tudo pertencem a um só, e segundo a qual os súditos são, qualquer que seja sua categoria social, igualmente despossuídos; esta tese, ele a aplica a qualquer forma de monarquia. Ele não se detém à distinção

entre uma monarquia sem lei e uma monarquia regida pelas leis. A teoria do príncipe cristão simultaneamente acima das leis e submetido à lei é audaciosamente ignorada. Basta que alguém se apresente como totalmente outro para que se verifique o sistema da idolatria. Mas, fica entendido, o que ele descobre sob a disposição das instituições e o discurso que se ocupa de legitimá-las é uma ordem de representações inconscientes. O nome do Um não é o de César, Nero ou Henrique III; ele se une ao nome do Príncipe ao emanar daqueles que perdem, cada qual, o sentido do ouvido para escutar alguma coisa que transpõe os limites da língua. Assim como nome e visão são indistintos, pois a visão ultrapassa igualmente os limites do visível, o um e o outro não são localizáveis, constituindo o que se deve chamar adequadamente “o fantasma”.

Nenhuma outra passagem é a este respeito mais eloqüente que aquela em que, pela primeira vez, La Boétie enuncia a mola⁽²⁾ da servidão. Ele acaba de endereçar-se a esses povos insensatos, que não recusam sequer morrer pela grandeza do príncipe: “Aquele que vos tanto domina não tem mais do que dois olhos, duas mãos, só tem um corpo e nada possui a mais do que possui o menor homem do grande e infinito número de vossas vilas, senão a vantagem que vós lhe dais para vos destruir. De onde ele tomou tantos olhos, com que ele vos espia, se vós não lho entregais? Como ele tem tantas mãos para vos bater, se ele não as toma de vós? Os pés com os quais ele esmaga vossas cidades, de onde ele os tem senão dos vossos? Como tem algum poder sobre vós, senão por vós mesmos? Como ele ousaria vos perseguir, se ele não estivesse em união convosco?” Está fora de dúvida: a servidão não poderia ser um objeto do desejo. Desejo de servidão, esta expressão que não se pode evitar não revela o sentido ou o não-sentido de servidão voluntária, pois é o desejo que se torna servo engendrando a visão de um corpo único, totalmente uno, que é simultaneamente o do príncipe e o do povo. Os homens não sabem o que fazem, o que vêem; seus olhares convergem para a imagem do príncipe, que este apareça ou não, mas eles só podem estar cegos para o que ela recobre. E esta visão é tal, que, separada deles, ela imprime-se no real. Este ser mítico, inflado pelos desejos deles, que eles tornaram onividente, onisciente, totalmente ação, totalmente outro, eis

que se encarnando em um indivíduo qualquer, volta-se contra eles, ganha o poder de espioná-los, de enganá-los, de atormentá-los, de arrebatá-los mesmo a vida. E, enquanto eles se abaixam, o senhor ensina-lhes que são feitos para servir. Não, La Boétie não modifica a teoria clássica do despotismo, ele se escapa dela.

Numa outra época, acreditei poder mostrar o que uma parte de seu argumento devia a Maquiavel, mas, se nos limitarmos à sua descrição da gênese do corpo do tirano, talvez encontremos sua primeira inspiração no *De Monarchia* de Dante. Claro, ele não segue a via traçada por Dante. Em um certo sentido, ele o contradiz radicalmente, mas, no presente caso, a contradição é sinal de afinidade. Dante reivindica a descoberta de uma verdade ainda inexplorada: a instituição da monarquia universal é a condição da paz entre os homens; a imagem de um só senhor providencia aos homens em toda a extensão da terra a imagem de sua unidade, ensina-lhes que, na sucessão das gerações e na diversidade de seus estabelecimentos, eles são membros de um só corpo: o corpo da humanidade, que coincidia originariamente com o de Adão. Toda a sua argumentação mantém-se no regime do simbólico. O monarca universal, porque encarna a onipotência, não a poderia exercer; sem igual ele é sem rival. Deste modo, ele está acima de todo litígio, juiz supremo insensível à inveja. Basta que ele seja, para que o gênero humano descubra-se a si mesmo e se dissipem as divisões. A diversidade das nações, dos reinos, das cidades subsiste, pois suas características particulares requerem leis que lhes sejam próprias. Por menos que o monarca se faça conhecer, por pouco que os homens consintam a elevar igualmente seus olhares em sua direção, a “trombeta do santo espírito” sopra: “Que bom, que agradável estarem todos unidos e irmãos”. Parece que, pelo menos em sua *Monarchia*, Dante, antes de La Boétie, recusa a idéia de um combate e que já o fato de desejar e o fato de ser se confundem. Os duelos pelo império do mundo pertencem ao passado, segundo Dante; o reinado da humanidade está virtualmente estabelecido desde o tempo de Augusto. Para que ele se torne efetivo, basta que os povos deixem de ser cegos. Por isso mesmo, a oposição entre os dois pensadores é ainda mais marcante. Não é que La Boétie não conceba a idéia de um gênero humano; mas a unidade não

viria sobrepor-se à pluralidade, senão abolindo-a. Segundo seus termos, a imagem de um corpo da humanidade nada mais faria do que elevar a seu mais alto grau a ficção do corpo do reino e a do corpo do imperador que encanta todos os homens. Da mesma forma, ela não faria mais do que elevar a seu mais alto grau a ficção do corpo do rei. Nenhuma dúvida: para Dante e La Boétie a questão do Um comanda todas as outras; ela é ao mesmo tempo política, religiosa e filosófica. Dante evoca, na primeira parte de sua obra, a Deus, que quis que todo ser seja visivelmente à semelhança divina, na medida em que sua própria natureza lhe permite. Ele invoca as Escrituras: “Façamos o homem à nossa imagem e à nossa semelhança”. E, confundindo audaciosamente a criatura humana e o gênero humano, tira essas duas conseqüências: primeiro, que o gênero humano torna-se mais semelhante a Deus quando ele é mais perfeitamente um; segundo, que ele é o mais perfeitamente um quando ele se une sob o reinado de Um só. A legitimidade do agente único deriva da bondade da criação divina: “O que foi feito por um só é melhor que seja feito por um só do que por vários”. Ora, é justamente este julgamento que La Boétie lança por terra desde o começo de seu *Discurso*, ao refutar Homero. Ele próprio menciona Deus, mas sempre, num mesmo movimento, a natureza, para destruir a ilusão do Um separado e subordinar a virtude da união à de um reconhecimento mutual de cada um por cada um. Da leitura da Bíblia, ele retém a horrível aventura dos judeus que traíram o ensinamento de Moisés conferindo-se um rei (um infortúnio que denunciarão mais tarde os grandes críticos da monarquia, e entre os quais, na primeira fila, Espinosa). Enquanto Dante descobre a liberdade na obediência comum a um senhor e, a despeito da diferença das fileiras, na mesma proximidade que ele entretém com ele, La Boétie ressalta que, tão logo o senhor se impôs, inumeráveis são, de alto a baixo da escala social, os tiranetes que o servem e o imitam. Quatro ou cinco, diz ele, têm o país em servidão para ele, cinco ou seis têm suas orelhas ou se fazem seus cúmplices, seiscentos os apóiam, eles mesmos sustentados por seis mil que governam e pilham as províncias: “Grande é a seqüência que vem depois disso, e quem quiser divertir-se a desenrolar esta rede verá que não os seis mil, mas os cem mil, mas os milhões por esta corda sustentam o tirano, fazendo-se

ajudar por ela como, em Homero, Júpiter, que se gaba, caso ele puxe a corrente, de levar consigo todos os deuses”.

Antes de pintar este quadro, o autor do *Discurso* anunciava que ia dar nome à “mola e ao segredo da dominação, o sustentáculo e o fundamento da tirania. É verdade que, sublinha o autor, todos aqueles que formam a cadeia são movidos pelo desejo de ter alguma parte do despojo. Mas ele não esquece que a servidão esmaga-os a eles mesmos. Não basta obedecer ao tirano, ainda é preciso lhe ser agradável, submeter-se a seus prazeres, atormentar-se, matar-se no trabalho: “Eles devem despojar-se do que lhes é natural, vigiar suas palavras, sua voz, seus signos, seus olhos [...], que tudo esteja à espreita para espionar suas vontades e para descobrir seus pensamentos”. Que gênio o inspira, a La Boétie, que lhe dá visão sobre o passado mais longínquo e sobre o século XX povoado de egocratas e de seus servidores?

Abstract: How can it be that the ‘name’ of the One is so powerfully fascinating? The answer to this question seems to lie in the fact that each and every men, even though they suffer the cruelest violence, seem to entertain the illusion that their own selves could be protected from others, with which they associate. The lesson of La Boétie is to teach us that men may lose their own freedom, but they never forget their own desire to be free.

Key-words: La Boétie – voluntary servitude – freedom

Notas

(1) A primeira citação é extraída da transcrição de Charles Teste; todas as outras, do manuscrito de Mesmes.

(2) O termo “ressort” poderia também ser traduzido por “móvel” ou “motor”. Decidimos manter a tradução literal “mola”, que dá a idéia de movimento súbito a partir de um impulso, já que em português este termo pode conotar este mesmo sentido (nota da tradutora).

Referência Bibliográfica

1. LA BOÉTIE, E. de. *Discours da la servitude volontaire*. Col. Abensour. Paris, Payot, 1976.